

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA DE UNIVERSITÁRIOS: UMA INTERPRETAÇÃO DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT¹

*Modes of political subjectivation of university students:
an interpretation of the subject in Michel Foucault*

FERNANDES, Diêgo²

KIND, Luciana³

RESUMO

O objetivo neste trabalho de argumentação teórica é indicar alguns dispositivos envolvidos na escolha política de estudantes universitários durante seu período formativo. Para tanto, foi proposto por meio da revisão de literatura, uma interpretação da constituição de sujeito em Michel Foucault. Isso levou a concepção convencionalmente denominada de modos de subjetivação. A partir dessa perspectiva, foi analisada a relação entre os modos de subjetivação com a concepção de verdade, por ser este um fator imprescindível na composição de subjetividades na leitura foucaultiana. Por último, ficou indicado possíveis mecanismos de poder-saber envolvidos na produção de subjetividades políticas de estudantes universitários na contemporaneidade. Arguindo assim, que tanto as disciplinas curriculares dos cursos superiores, quanto o que Foucault denominou de parrhesia, presente nas relações de poder, são relevantes mecanismos para essa escolha política dos estudantes na conjuntura universitária.

Palavras-chave: Universitários. Sujeito. Pós-verdade. Poder-Saber.

ABSTRACT

The objective of this work of theoretical argument is to indicate some devices involved in the political choice of undergraduate students during their formative period. To this end, an interpretation of the constitution of the subject in Michel Foucault was proposed through a literature review. This led to the concept conventionally called modes of subjectivation. From this perspective, the relationship

1 Este texto deriva-se de uma dissertação de mestrado em psicologia social. A pesquisa da qual o trabalho em questão faz parte passou pelos devidos processos de avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, sob o número do CAAE. 35471120.6.0000.5137. A referida pesquisa recebeu o apoio do início ao fim do trabalho de uma bolsa de fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Prosuc módulo II.

2 Doutorando em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Possui graduação em Psicologia (2019), pela Faculdade Ciências da Vida, especialização em Psicanálise Clínica Avançada (2022) e licenciatura em filosofia (2022), também fez MBA em Gestão de Recursos Humanos (2022). Atualmente compõem o grupo de pesquisa ligada ao Laboratório de Psicanálise e Crítica Social da PUC Minas com o título “Violências e Narrativas: uma escuta psicanalítica”. Atua como psicólogo clínico a partir da perspectiva psicanalítica, bem como, é professor Universitário lecionando diversas disciplinas. E-mail: psidiegofernandes@gmail.com

3 Pós-doutorado em Psicologia Social (UFMG). Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007), tendo realizado estágio doutoral no Instituto Max Planck para a História da Ciência em Berlim (2005). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). É professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e foi coordenadora entre 2017-2019. E-mail: lukind@gmail.com

between the modes of subjectivation and the conception of truth was analyzed, as this is an essential factor in the composition of subjectivities in Foucault's reading. Finally, possible power-knowledge mechanisms involved in the production of political subjectivities of university students in contemporary times were indicated. Thus arguing that both the curricular subjects of higher education courses, and what Foucault called parrhesia, present in power relations, are relevant mechanisms for this political choice of students in the university context.

Keywords: Undergraduate students. Subject. Post-truth. Power-Knowledge.

INTRODUÇÃO

Para a realização aqui disposta partiu-se do seguinte questionamento: Existe relação entre a escolha política dos estudantes com sua formação universitária? Como objetivo geral para responder a indagação suscitada, se visou discutir o conceito de sujeito e subjetividade a partir do pensamento de Michel Foucault. Com base nessa interpretação, objetivos específicos foram: analisar a relação do sujeito com verdade na interpretação *foucaultiana*; entender quais mecanismos estão presentes na formação universitária e podem influenciar na escolha política dos alunos; descrever pontos que algumas bibliografias destacam a respeito da subjetivação de alunos na relação com a instituição de ensino superior.

Visando elaborar uma interpretação da constituição de subjetividades em Michel Foucault, em primeiro lugar, visa-se especificar uma interpretação aqui assumida das categorias de sujeito, subjetivação e subjetividade a partir da obra do filósofo francês que levou a proposição designada como “modos de subjetivação” (Mansano, 2009). A necessidade em explicar essa prerrogativa está no fato de existirem múltiplas teorias que discutem cada um desses pontos de maneira dissociada. Michel Foucault na aula ministrada no curso intitulado *Governo de si e dos outros* em 05 de janeiro de 1983 no *Collège de France*, disse que um de seus esforços deu-se em “tentar analisar as diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito” (Foucault, 2010b, p. 06).⁴ Ao passo que as terminologias supracitadas podem aparecer de forma simultânea ou mesmo representadas apenas pela expressão *modos de subjetivação*. Pois infere-se que analisar os *modos de subjetivação* pode ser um caminho fértil no entendimento de como cada uma das categorias já citadas se desenvolvem no pensamento foucaultiano.

Assim, este trabalho demonstra sua relevância por realizar um recorte na obra de Michel Foucault, naquilo correspondente às subjetividades, estas por sua vez ligado à temática dos recorrentes debates no Brasil contemporâneo, ou seja, as discussões políticas. Além de versar sobre quais elementos na formação universitária corroboram com a opção política dos discentes. Contribuindo dessa forma, para uma descrição do funcionamento de determinados dispositivos e enunciados envolvidos nesse processo de constituição subjetiva que esteja ligada a escolha política do sujeito de pesquisa em questão, isto é, os universitários. Isso porque acredita na existência de alguns paradigmas presentes durante a formação universitária que interferem na posição política dos discentes, sem necessariamente com isso, atribuir juízo de valor às escolhas feitas pelos alunos, mas sim, apontar quais quesitos corroboram

4 O curso “*O Governo de si e dos outros*”, foi oferecido por Michel Foucault no *Collège de France* entre os anos (1982-1983), que só será pontuado desta forma na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2010b) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

nessas escolhas. Por fim, ao chegar às referidas construções, surge um detalhe relevante no pensamento do filósofo francês para uma compreensão da produção de subjetividades na contemporaneidade, a concepção de verdade.

Outra questão está em ter sido demonstrado como alguns mecanismos no percurso universitário podem servir de aporte na escolha política dos estudantes. Surgindo neste ponto, a noção *foucaultiana* de *poder-saber*. Esse último se manifesta por múltiplos dispositivos, dentre os quais a composição curricular dos cursos. Isso porque é atribuído a grade curricular o *status* e rótulo de científicos. A princípio essas grades curriculares são aceitas como verdades que circundam os modos de subjetivação dos estudantes. Algo que posteriormente chega ao tecido social por intermédio dos estudantes assim subjetivados. Outra forma de manifestação do *saber-poder*, está na relação professor-aluno que ocorre por meio do que Foucault (2010a), denominou de *parrhesía*. A *parrhesía* corresponderia a tipos de obrigações que se colocam para o *parrhesiasta*, sob a ótica etimológica, é o fato de tudo dizer: franqueza e suas diversas aberturas, de coração, da palavra, da linguagem. No presente caso seria a liberdade de palavra à posição de intelectual que o professor (*mestre*) possui, como aquele que porta o saber a partir do qual, o aluno (*discípulo*), vai orientar-se e constituir-se enquanto sujeito em muitos espectros da sua vida, dentre estes, especula-se estar o campo político.

CONCEPÇÃO DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE: UMA INTERPRETAÇÃO DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT

A elaboração de sujeito demonstra-se um problema dentro do pensamento ocidental *moderno*.⁵ Isso porque na modernidade a ideia de sujeito se estabeleceu nos moldes do conhecimento racional, apresentando-o como um estatuto universal que tem “[...] a ciência como fundamento para o alcance de uma verdade absoluta” (Sinder; Paula, 2019, pp. 25-26). Em contrapartida a essa interpretação, as autoras destacam que Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, são participantes de uma filosofia *pós-modernista*.⁶ O que antagoniza frontalmente com o sujeito cartesiano presente na modernidade disposto em Descarte e Kant (Corrêa, 2016). Estando o pensamento de Michel Foucault, em nosso aporte teórico central, daremos ênfase às proposições do filósofo francês em detrimento do alemão. Outra coisa, corresponde ao termo *modernidade*. Pois determinados autores utilizam a palavra modernidade para indicar o mesmo período histórico, bem como, as mesmas conceituações abordadas por

5 No verbete do dicionário de filosofia Abbagnano (2012, p. 791), o sentido histórico do termo moderno pode ser compreendido ao que concerne à “filosofia moderna”, indicando no contexto Ocidental o período que tem início no Renascimento até o séc. XVII. A modernidade geralmente está ligada a termos-chave como razão, ciência, técnica, progresso, emancipação, sujeito, historicismo, metafísica, niilismo, secularização” (Abbagnano, 2012, p. 791).

6 Pós-modernismo literalmente significa o que vem depois da modernidade. A partir dos anos 1960, essa terminologia foi utilizada nos continentes, Europeu e Americano, “tanto para indicar uma série de práticas culturais presentes em âmbitos disciplinares específicos (arquitetura, artes figurativas, literatura, teatro etc.) quanto para aludir às mudanças na ordem da sociedade pós-industrial” (Abbagnano, 2012, p. 910). No linguajar filosófico, o termo pós-modernismo surge de maneira corrente na obra de Lyotard (*La condition post-moderne*, 1979). “A partir deste último, o termo tornou-se uma espécie de categoria universal apta para exprimir o *Zeitgeist* contemporâneo e – o esquecimento gradual de certa tradição filosófica – que vai, grosso modo, de Descartes a Nietzsche” (Abbagnano, 2012, p. 910). Ainda assim, particularmente foram chamados de “pós-modernos os filósofos para os quais a modernidade, pelo menos em alguns dos seus traços essenciais, estaria acabada” (Abbagnano, 2012, p. 910).

Sinder e Paula (2019). Dessa forma, para fins didáticos a terminologia escolhida aqui é *pós-modernidade* relacionando-a aos conceitos de subjetividade e sujeito adotados.

Em concordância com as asserções anteriores, Ferreira Neto (2004), argumenta que no pensamento *foucaultiano* em decorrência de uma “estrutura” de sujeito, talvez pensar em “processos de subjetivação” seja mais oportuno. Seria mais viável um “sujeito” passível de transformações e mutações pelos vários agenciamentos que o cercam, em lugar de cogitar um sujeito estanque, preso a uma espécie de organização e pensado estruturalmente de forma antecipada. Nada mais afinado com o raciocínio de Foucault, pois em suas próprias palavras: “[...] não vejo quem pode ser mais antiestruturalista do que eu” (Foucault, 2019c, p. 40). Pela ótica *foucaultiana* a subjetividade está intrinsecamente ligada às particularidades dos processos sócio-histórico-cultural, não podendo assim, ser compreendida distintamente desse ordenamento (Taylor, 2018, p. 16). A título de exemplo, pensemos na construção científica e as repressões sobre a sexualidade no Ocidente descritas por Foucault (2019b). Ele argumenta que ao fazê-lo estava na busca de entender, “por que as sociedades ocidentais – digamos, as sociedades europeias – tiveram tanta necessidade de uma ciência sexual, ou, em todo caso, por que razão, há tantos séculos e até hoje, se tenta constituir uma ciência da sexualidade” (Foucault, 2019b, p. 61).

Para isso, o filósofo recorre às tradições greco-romanas, que eram tidas por livres e desenvolvidas em uma “arte erótica”. Vindo após isso a era cristã que introduz uma “interdição na sexualidade”, situação essa que foi ainda mais asseverada com a burguesia no século XVI (Foucault, 2017, p. 61). Logo seu empreendimento o levou a descrever como a sexualidade foi entendida por cada uma dessas tradições ao longo dos tempos, quer seja em suas semelhanças e discrepâncias, liberdade ou repressões. O que impreterivelmente resulta no tipo de sujeito germinado nesses processos e mecanismos sócio-histórico-culturais acerca da sexualidade. Ao passo que esses formatos de pensamento influenciam todo o hemisfério ocidental (Foucault, 2017).

Retomando a premissa inicial, para Foucault (2019a, p. 15): “A história continua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito”. Assim, a subjetivação é difundida ao processamento das subjetividades inseridas em determinadas conjunturas. Infere-se dedutivamente do exemplo apresentado, que para Foucault, esses três elementos subjetividade, sujeito e subjetivação, estão consolidados em um só, ou seja, naquilo que se convencionou chamar de *modos de subjetivação* —, resultantes da dinâmica presente no contexto sócio-histórico-social. Isso em razão das idiosincrasias constitutivas do sujeito que emerge em meio a uma constante subjetivação correlata a historicidade de tais eventos, tendo assim, uma conotação temporal demarcada. Em outras palavras, o sujeito é fabricado em tempos específicos para determinadas circunstâncias (Maria Paula, 2019, p. 12).

O sujeito instituído nos parâmetros descritos anteriormente apresenta certa volatilidade e provisoriedade, não sendo passível de universalização. Então, não teria uma essência de sujeito, mas sim, subjetividades elaboradas no “contexto histórico-social” (Singer; Paula, 2019, p. 29). Assim, para Foucault, o sujeito moderno “[...] não é tão somente uma invenção da modernidade, mas que o próprio conceito moderno de sujeito – ou seja, a ideia que hoje fazemos do que é um sujeito – é uma invenção recente” (Aquino; Rego, 2014, n.p.).⁷

7 A obra consultada refere-se ao formato e-*book*, não contendo paginação, mas apenas a posição do texto.

Michel Foucault não foi um pensador sistemático (Taylor, 2018). A partir dessa não sistematização do autor fulcral desta produção textual, delibera-se por indexar à expressão *modos de subjetivação* como um enunciado que abarque as concepções de sujeito, subjetividade e subjetivação. Algo que não impede a busca de demarcações na obra de Michel Foucault que explique cada uma dessas proposições de forma separada. Supõe-se a necessidade de destacar especificidades no pensamento do francês que auxiliam na perspectiva de entender como a pessoa constitui-se e é constituída enquanto sujeito. Em conta da grande produção teórica de Michel Foucault, isso foi realizado transversalmente e não de maneira exaustiva. Porém, sem perder de vista que os *modos de subjetivação* estão em constante processo que se manifestam por meio de múltiplos mecanismos nas relações de poder (Foucault, 2019c).

Mais um ponto a ser destacado diz respeito à Sociedade *Disciplinar*. Para Foucault a sociedade disciplinar é aquela pensada a partir do sistema carcerário, sendo isso, um fator intrinsecamente ligado ao que ele denominou de “corpo político”. O filósofo argumenta que as técnicas penais não devem ser tomadas simplesmente como resultado das práticas jurídicas. Contudo, tais práticas tratam em ter o “corpo político como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber [...]” (Foucault, 2014, p. 31). Isso recoloca “as técnicas punitivas – quer elas se apossam do corpo no ritual dos suplícios, quer se dirijam à alma – na história desse corpo político” (Foucault, 2014, pp. 31-32). Com isso, o sujeito é produzido na sociedade que é formatada por meio de mecanismos que vigiam e penalizam os corpos, não sendo algo restrito a questões penais, tornando-se também em um dos elementos fundamentais na construção dos *modos de subjetivação* em outros âmbitos de convivência da sociedade.

Outro fator relevante na constituição de sujeito para Foucault (2010a), encontra-se na questão do *cuidado de si*. Algo que se afere nas palavras do próprio filósofo em uma aula do curso intitulado de: *A Hermenêutica do sujeito* que ele lecionou em 1982 no *Collège de France*, ao dizer que:

O indivíduo deve tender para um status de sujeito que ele jamais conheceu em momento algum de sua existência. Há que substituir o não sujeito pelo status de sujeito, definido pela plenitude da relação de si para consigo. Há que constituir-se como sujeito e é nisso que o outro deve intervir. Creio que aí se encontra um tema muito importante em toda a história da prática de si e, de modo mais geral, da subjetividade no mundo ocidental (Foucault, 2010a, p. 117).

O filósofo supõe existir dois grandes modelos que remeteram a questão do *cuidado de si* na antiguidade que foram repassados e influenciaram toda a cultura ocidental (Foucault, 2010a). O primeiro é o *platônico* que gira em torno de três pontos nodais sobre a concepção do *cuidado de si*: A ignorância, onde o sujeito descobre-se ignorante e a partir disso passa a entender que tinha uma postura acrítica diante de tal condição, algo que automaticamente o levaria a ocupar-se de si mesmo, para pôr fim a essa ignorância. Segundo “conhecer a si mesmo”, pois desde que o sujeito passa a cuidar de si, começa então a conhecer-se. Este imperativo permeia toda a superfície do cuidado de si no pensamento de Platão. Fechando o esquema platônico na ligação existente entre cuidado de si e conhecimento de si, aparece a *reminiscência*. Que seria uma espécie de junção entre a descoberta da ignorância e o conhecer-se a si mesmo, pois é a partir da recordação do que se viu na alma, é que se descobre quem ela é de fato (Foucault, 2010a, p. 227).

O segundo grande modelo sobre o cuidado de si apontado por Foucault (2010a), é o *cristão*. Neste “[...]o conhecimento de si está ligado, de modo complexo, ao conhecimento da verdade tal como é dada no Texto e pela Revelação [...]”, esse conhecimento de si está relacionado ao fato de se ter que purificar o coração, para só então, entender a “Palavra”. A exemplo do método platônico, no sistema cristão também existem itens fundamentais em torno do cuidado de si, ao que Foucault disse haver uma “relação circular entre: conhecimento de si, conhecimento de verdade e cuidado de si”. A vista disso, se o sujeito quiser salvar-se, ele precisa naturalmente aderir à verdade, que é “a do Texto e a da Revelação” (Foucault, 2010a, p. 228). Resumidamente, subtende-se que o modelo helenístico gravita em torno da *reminiscência*, já o cristão se ocupa em realizar uma *exegese* de si e da renúncia de si. Destarte, esses dois grandes modelos, o platônico e o cristão, ou se preferir, “o modelo da reminiscência do ser do sujeito por ele mesmo e o da exegese do sujeito por ele mesmo – dominaram ao mesmo tempo o cristianismo e, pelo cristianismo, foram em seguida transmitidos a toda história da cultura ocidental” (Foucault, 2010a, p. 230).

Análogo aos pontos anteriores, contudo ligado mais especificamente ao último deles, é preciso ressaltar que pensar em sujeito e subjetividade no percurso de Foucault é fundamental recorrer a *História da Sexualidade*. Na conferência de 1978 na Universidade de Tóquio, o filósofo disse que no mundo ocidental houve uma demasiada produção teórico-científica acerca da sexualidade. Mas em contrapartida, o sujeito desconhece a própria sexualidade (Foucault, 2017). Assim, ele argumenta que pretendia com a construção de um trabalho em torno da *História da Sexualidade*, compreender a “superprodução de saber social e cultural, o saber coletivo sobre a sexualidade”. Mas para isso, faz-se necessário saber quais discursos sobre a sexualidade estão presentes na cultura ocidental e foram assumidos de maneira precoce na forma que convencionalmente chama-se de ciência (Foucault, 2017, p. 59).

Neste ponto é possível apontar a maneira como os esforços de Foucault em seus trabalhos foram se modificando, mas tendo sempre como problema central o sujeito (Fonseca, 2011). Seja no entendimento do “sujeito como sujeito falante, produtivo e vivente, realizada por modos de investigação que procuravam obter um estatuto de ciência” (Fonseca, 2011).⁸ Assim como, pensar a objetivação do sujeito em suas múltiplas divisões dentro de si mesmo e diante dos outros, isto é, entre o louco e o não louco, doente e o sadio, o criminoso e não criminoso. Por último, estudando as maneiras que uma pessoa se transforma em sujeito, onde é educado para se reconhecer como tal, por exemplo, “como sujeito de uma sexualidade” (Fonseca, 2011). Cabe perguntar neste instante o seguinte: Como essas premissas apareceram na constituição dos modos de subjetivação de todo Ocidente? A resposta oferecida por Foucault (2017), é que a partir do momento em que o cristianismo foi adotado no Império Romano, “transformou-se em uma força de organização política, social, introduziu esse tipo de poder nesse mundo que ainda o ignorava totalmente”. O que levou a uma estruturação de pastorado na sociedade cristã, começando no século IV d.D., ou ainda no século III, irrompendo em “um mecanismo de poder muito importante para toda a história do Ocidente cristão e, particularmente, para a história da sexualidade” (Foucault, 2017, p. 66).

Por fim, uma vez que o sujeito pós-moderno não é fixado e estanque como é entendido e formulado pela filosofia racionalista, como indica Singer e Paula (2019),

⁸ A obra consultada refere-se ao formato *e-book*, não contendo paginação, aparecendo apenas a posição do texto.

é imprescindível questionar se a verdade na pós-modernidade é um pressuposto na constituição dos modos de subjetivação como era na antiguidade. Isto porque, nas palavras de Foucault (2010a, p. 171), “um traço geral, um princípio fundamental, que o sujeito enquanto tal, do modo como é dado a si mesmo, não é capaz de verdade”. O sujeito não é “capaz de verdade”, ao menos que esse realize sobre si próprio alguns procedimentos e metamorfoses que viabilize ser capaz de verdade (Foucault, 2010a, p.171). Para Foucault, trata-se então de um sujeito capaz de ocupar-se de si mesmo e neste movimento se constituir pelo falar verdadeiro [*parrhesia*], que contém uma verdade viva e contínua por meio da qual conduz-se (Corrêa, 2016).

Desta maneira, a partir das prerrogativas aqui expostas, cogitamos que as experiências vividas de maneira particular e individual ultrapassam os meandros homogêneos, isto é, que estas não devem ser entendidas apenas como resultado da unidade de uma composição estrutural específica da interioridade do sujeito. Mas antes, deve-se levar as exterioridades como participante direto, fundamental e ativo nesse processo que influi de maneira determinante na constituição do mesmo. Dentro da proposição foucaultiana, infere-se não ser viável isolar cada um dos termos sujeito, subjetividade e subjetivação, sendo mais viável, dispor todos estes compostos na acepção, modos de subjetivação. Posição que viabiliza chegar a conclusões em mínima simetria com a multiplicidade dos dispositivos contidos no contexto sócio-histórico-social na pós-modernidade.

Por meio dos exemplos citados sobre as propostas do filósofo em torno de uma *Sociedade Disciplinar*, das *Práticas ou Cuidado de si* e de uma *História da Sexualidade*, pôde-se depreender que para o filósofo, existe uma “história dos jogos de verdade nos quais o sujeito, enquanto sujeito, pode converter-se em objeto de conhecimento”. Com isso, seu trabalho visa demonstrar em alguma medida como ocorre a transmissão cultural de uma historicidade dos “modos de subjetivação/objetivação do ser humano” (Castro, 2016, p. 408). Essas práticas transformam o sujeito em objeto de poder e saber, tanto para si próprio, quanto para os outros (Castro, 2016).

Portanto, acredita-se na possibilidade de depreender do apresentado que as questões sócio-histórico-culturais são indispensáveis para o entendimento sobre quais tipos de subjetividades estão sendo produzidas. Isso porque muitos podem chegar na graduação com posicionamento político definido e ao longo do trajeto irem modificando suas convicções. Mas será que fica clarividente para os estudantes quais elementos estão envolvidos em suas escolhas? Cogita-se que se não for perceptível ao discente sobre sua transformação política, ou seja, que esta não foi composta por uma ética, ele irá reproduzir essas formas em suas relações extra-universitárias. Algo que inevitavelmente gerará impactos tanto em sua vida, quanto na sociedade, quer seja para beneficiá-la ou apenas para retroalimentar o *status quo* dos vários dispositivos de poder existentes.

OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A VERDADE

Para pensar os modos de subjetivação dentro da perspectiva pós-moderna e sua conexão com a ideia de verdade. Inicialmente recorreu-se ao conteúdo dos

cursos *Subjetividade e Verdade* (2016)⁹ e “*A Hermenêutica do Sujeito*” (2010a), ambos ministrados por Michel Foucault no *Collège de France*. Além de um diálogo entre Foucault e Gilles Deleuze, intitulado de “*Os intelectuais e o poder*”, pode ser encontrado em “*Ditos e escritos IV*” e em “*A microfísica do poder*”. Nesses trabalhos há uma quantidade considerável de premissas que contribuem para pensar as subjetividades de alunos universitários na presente perspectiva histórica.

Partindo de uma proposta filosófica, Foucault em *Subjetividade e Verdade*, visou questionar como e em quais circunstâncias a verdade pode ser conhecida, ou ainda, como o conhecimento daquele que experimenta particularmente esse fenômeno, pode aferir de que algo se trata de conhecimentos legítimos. De forma mais acentuada, como se cogita uma “verdade do sujeito”, uma vez que só existe verdade para o sujeito em particular (Foucault, 2016, p. 11). Sendo assim, ele formula indagações sobre subjetividade e verdade oferecendo como alternativa a inquirição que seria: “[...] que experiência o sujeito pode fazer de si mesmo, a partir do momento em que se vê na possibilidade ou na obrigação de reconhecer, a propósito de si mesmo, algo que passa por verdadeiro?” (Foucault, 2016, p. 11). Isso porque na leitura realizada pelo filósofo, em todas as sociedades, culturas e civilizações, existem determinados discursos concebidos como verdadeiros correlacionados ao sujeito, que a revelia de não serem uma verdade universal, são comunicados e aceitos com a estatura de verdade (Foucault, 2016, p. 12).

Já nas aulas sobre *A Hermenêutica do Sujeito*, o filósofo nos esclarece que há uma gama de técnicas as quais têm por objetivo último vincular a verdade e o sujeito. Contudo, não se tratando de encontrar uma verdade no sujeito, nem mesmo significa realizar na alma uma espécie de sede onde é possível receber hereditariamente a verdade. Muito menos empreender a alma como objeto de um discurso verdadeiro. Pois ainda há uma considerável equidistância de se ter uma hermenêutica do sujeito. Antes diz respeito de munir o sujeito de uma verdade desconhecida por ele e que não está presente nele, na realidade o que se busca realizar com essa verdade aprendida, memorizada e continuamente empregada, o que sobre nós impera, ou seja, um “quase-sujeito” (Foucault, 2010a, p. 451). A esse respeito, pode-se mais uma vez, como indicado no tópico anterior, compreender como o filósofo francês distancia-se da tradição *kantiana* e *descartiana* sobre o tema. Pois para Foucault, não existe a verdade em que o sujeito deve residir antecipadamente, porém, o que se tem é uma “[...] ontologia do presente, ontologia da atualidade, uma ontologia da [pós]-modernidade, uma ontologia de nós mesmos” (Corrêa, 2016, p. 85).

Mas se para Foucault (2010a), não existe uma verdade que reside no sujeito, como esta verdade é tida e transmitida em nossa sociedade? Pensando no foco do nosso trabalho, isto é, como são produzidos os modos de subjetivação de estudantes universitários ligada a sua escolha política diante desse jogo de verdades que impera sobre todos por meio das técnicas dispostas no corpo social? Para resolver esses questionamentos, observemos o que disse o filósofo em sua obra *Microfísica do Poder*:

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma de discurso científico e nas instruções que produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política

⁹ O curso *Subjetividade e Verdade* foi oferecido por Michel Foucault no *Collège de France* entre os anos (1980-1981), que só será pontuado desta forma na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2016), que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

(necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para poder político; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social (as lutas “ideológicas”) (Foucault, 2019b, p. 52).

Consideramos que as questões até aqui descritas são pertinentes para se pensar como cada um vivencia os processos de subjetivação durante o percurso universitário, pois nas palavras de Foucault (2019b, p. 52), um dos meios de transmissão desta verdade é a universidade, sendo “objeto de debate político e confronto social”. Mas aqui é preciso ressaltar como aludido pelo próprio autor que não seria inteligível falar em “[...] libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais), no interior das quais funciona no momento” (Foucault, 2019b, p. 54).

Com isso, e partindo do que nos indica Foucault (2016), existe em nossa sociedade e cultura, determinados discursos a respeito do sujeito harmonicamente institucionalizado e que são tomados como verídicos e automaticamente reproduzidos por este sujeito. Afinal de contas: “A verdade é antes de tudo um sistema de obrigações”(Foucault, 2016. p. 13). Sinder e Paula (2019), discorrem que aqui nasce um dilema enfrentado por todos os inseridos nas instituições de educação. Isto porque, se de um modo a própria pessoa constitui-se enquanto sujeito, por outro existem verdades inventadas e impostas sobre este, que prescrevem quais devem ser as práticas a serem exercidas para que ele, o indivíduo, se torne sujeito. As autoras concluem que há algo em comum, ou se preferir, hegemônico a todos os [estudantes universitários] que passam pela experiência de se tornarem sujeitos. Propiciando dessa forma, o que cada um faz tanto de si mesmo, como dos outros, uma vez, que subsiste essa “obrigatoriedade” e “imposição” na aderência de determinados discursos de verdade, tidos como legítimos e reproduzidos nas relações de poder entre os atores sociais (Sinder; Paula, 2019, pp. 34-35).

Outro detalhe a ser levado em consideração corresponde em dizer que Foucault (2010a), empreendeu diversas análises observando as muitas maneiras que a subjetividade foi entendida em culturas passadas, em especial, helenísticas e cristãs como já discorreremos no tópico anterior. Taylor (2018), explica que fazendo isso, Foucault (2010a), atribuiu à subjetividade uma vertente fundamentada em preceitos “sociais, culturais e históricos”, não sendo uma substância tida antecipadamente distinta destas categorias, mas contendo suas bases socioculturais. Ainda nas palavras da autora, “[...] assumimos e ocupamos as posições de sujeito que o nosso contexto sócio-histórico nos disponibiliza: sujeitos não são apenas feitos, nós nos fazemos” (Taylor, 2018, p. 17).

Neste ponto, surge uma questão: Será que subjetividade e verdade estão intrínsecas e indissociáveis na pós-modernidade como na antiguidade? Dentro do foco de nosso trabalho, cabe perguntar se é pertinente ainda hoje discutir a questão nesses moldes ao se interpretar a escolha política de estudantes universitários no contexto brasileiro? Parece que a resposta fornecida pelo próprio Foucault (2010a), para a problemática é não. Stone (2018, p. 185), é mais enfático ao afirmar que para Michel Foucault, a subjetividade e a verdade estão divorciadas na contemporaneidade. Uma

vez que o dizer a verdade na antiguidade estaria vinculada a moral, mas depois do período cartesiano, ou seja, na [pós-modernidade], a verdade se transformou apenas em questões epistemológicas, restrita a discursos que correspondem a fatos sobre o mundo que podem ser aceitas sem controvérsias (Stone, 2018, p. 190). Dessa maneira, pode-se depreender que o que outorga o status de verdade depois do período *cartesiano* é o rótulo científico que é atribuído a esse discurso e não mais aquilo relacionado com a conduta do seu portador, isto é, a moral que era expressa pelo portador do discurso, possivelmente presente na questão da *parrhesía*, fator que abordaremos melhor no tópico subsequente.

Então a subjetividade pode passar por transformações ao longo do percurso da vida de uma pessoa, além de ser construída e produzida de acordo com o período sócio-histórico, político, cultural e econômico, disponibilizando assim, processos de subjetivação próprios de seu tempo (Maria Paula, 2019). Uma vez que subjetividade é entendida por Foucault, “não como fato dado” *aprioristicamente*, mas sim, constituído “nos processos de subjetivação experimentados nas práticas sociais”. Por conseguinte, para cada período, tem-se um tipo de sujeito próprio dessa conjuntura (Singer; Paula, 2019, p. 29).

Assim sendo, infere-se que existam fatores vigentes na atualidade, que diferem dos que estavam presentes na época em que Michel Foucault, realizou suas investigações. Por exemplo, as mídias sociais vinculadas a internet, algo que amplia as conexões entre culturas de maneira globalizada e em frações de segundos chegam em diversos lugares. Questões em torno das chamadas *fake News*, que distorcem ainda mais o que se entende por verdade e que consequentemente atinge todas as pessoas, incluindo os estudantes universitários. Fazendo isso, evita-se irromper em um anacronismo, pois Foucault, por meio de suas análises, oferece ferramentas para se compreender os fenômenos por ele investigados, não uma leitura de todos os períodos históricos que ainda haveriam de vir.

O empenho em buscar respostas a essas perguntas, mostram-se cruciais para haver possibilidade, se preciso, mudanças, ou pelo menos, uma atitude crítica e emancipatória no sentido *foucaultiano* do termo na contemporaneidade. Isso é algo que pode ser depreendido porque:

[...] a crítica surge a partir do nosso contexto atual e responde a ele, um contexto no qual condições prevaletentes se apresentam como condições necessárias [...] nas quais as nossas relações com nós mesmos e com os outros, bem como com o conhecimento e a verdade, são relações de obediência à autoridade e, como tais, são relações de poder (Taylor, 2018, p. 231).

Diante do que a autora disse em consonância com o dito por Foucault (2019c), sobre não ser exequível a libertação da verdade de todos os mecanismos de poder, por ser a própria verdade, um tipo de poder. Deve-se pelo menos visar o desvinculamento dessa lógica reprodutiva e hegemônica na sociedade, na economia e cultura em que estão contidos os mecanismos de poder e verdade. Neste instante supomos que a díade *poder-saber*, mostram-se como possíveis dispositivos operadores sobre os modos de subjetivação dos estudantes universitários, implicando assim sobre suas escolhas políticas.

Isto posto, agora é compreender se todos esses fatores, podem ser interpretados também no que concerne a escolha política dos estudantes, ou seja, será que ao

optar por determinada ideologia política em detrimento de outra seria porque há discursos de “verdade” estabelecidos nesses espaços que são preponderantes para a escolha desses sujeitos? Com isso, entender as possíveis impressões que estão na concatenação dos modos de subjetivação de estudantes universitários durante a sua formação em meio aos jogos de verdade na contemporaneidade. Sendo fundamental para tanto, considerar as singularidades da pós-modernidade e as características sócio-histórico-culturais desse período. Fazendo assim, abre a possibilidade de indicar no presente ensaio, quais dispositivos são potencialmente confluentes nessa dinâmica para a escolha política dos alunos durante o seu período formativo no ensino superior.

OS MECANISMOS DE PODER-SABER NO PERCURSO UNIVERSITÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA POLÍTICA DOS ESTUDANTES.

Explicado a noção de modos de subjetivação, bem como, a relação do sujeito compreendido nesta perspectiva com a verdade na pós-modernidade, passemos então, a apontar, qual o lugar da trajetória universitária propriamente dito nos processos de subjetivação dos discentes. O binômio poder-saber pode viabilizar a compreensão sobre quais dispositivos atuam sobre a escolha política dos estudantes, estabelecendo assim, conexões entre esses conceitos e a produção de subjetividades no ambiente universitário.

Pensando no empreendimento foucaultiano, antes de explicar qual tipo de poder e de qual saber será discutido – , uma vez que ao surgir a palavra *poder* em uma oração, um diálogo, discussão ou texto, o que vem à cabeça de quem houve, fala ou lê? Alguns podem argumentar que o exército, a polícia, os políticos, as instituições ou organizações são detentoras desse poder. Como se o poder fosse um ente, um cetro nas mãos de um monarca, em que o seu portador agora está autorizado a realizar tudo o que bem entender porque “tem o poder”. Existem ainda aqueles que cogitam ser o poder algo deletério para os que não o portam, em contraponto positivo para quem o detém. Talvez em partes tenha razão quem assim pondera sobre esse tal “poder”, mas por outro lado, podem ser controversas análises desse fator pelos parâmetros exemplificados. Isso ao menos quando se observa as provocações de Michel Foucault em torno do assunto.

Michel Foucault não escreveu uma teoria do poder (Castro, 2016). Antes, o que encontramos é “[...] uma série de análises, em grande parte históricas, acerca do funcionamento do poder”. De fato, essa afirmativa pode ser percebida nessa passagem, onde Foucault (2019c, p. 369), expressou que o poder é algo inexistente. Ele continua e diz cogitar o poder como algo que emana de uma determinada fonte, seja uma análise enganosa. Pois isso não corresponde com uma resposta plausível tendo em vista os inúmeros fenômenos. Mas na realidade o poder deve ser tomado como um considerável número de relações até certa medida organizado e coordenado (Foucault, 2019, p. 369). Mas como atua o poder na sociedade? A resposta pode ser refletida mediante o que diz Machado (2019, p 17), pois ele explica que o poder funciona como uma “[...] máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social.” Aqui aparece a terminologia “máquina”, que pode remeter à ideia da técnica e da produção e reprodução de tais equipamentos, ou seja, uma espécie de funcionamento interdependente de engrenagens, um autômato.

Diante dessa teia de poderes que são produzidos e reproduzidos por todos os setores civilizacionais, quer seja a nível macro, ao se entender a função de governo e os órgãos deste na sociedade, ou no aspecto micro, levando em consideração as relações familiares, as amizades, as inter-relações dispostas em todos os setores sociais. Estando esse último em maior consonância com o que Foucault (2019b, p. 162), chamou de “micropoderes”. Em qualquer das duas perspectivas, ou seja, tanto na macro, quanto na dimensão micro, a universidade não escapa de suas funcionalidades e operações. Tendo implicações sobre todos aqueles que a compõem, atravessando inevitavelmente os *modos de subjetivação* dos estudantes inseridos nesse contexto. Aqui a suspeita é que para efetuar análises que propiciem realizar aquilo que Foucault (2019c, p. 370), chamou “analítica das relações de poder”, seja preciso antes, retomar e compreender a articulação entre o *poder-saber*. Pois a hipótese aqui é de que o ambiente universitário seja um local onde mecanismos de *poder-saber* estão dispostos em larga escala, ao passo que isso resultará no que pode estar envolvido na multiplicidade de elementos em torno dos processos de subjetivação ligados às escolhas políticas dos estudantes nesse percurso estudantil específico.

É inegável que o surgimento da universidade proclamava uma inovação na instituição com uma função categórica dentro do arranjo social (Rubião, 2013). A universidade ainda é uma espécie de “consciência da sociedade”, mas tem como marco uma transição de “função crítica” para o de um pragmatismo de mão de obra qualificada no que diz respeito à “produção de conhecimento” (Gibbons, 1998, p. 01, tradução nossa). A inovação ao arranjo social trazida com o aparecimento da universidade dita por Rubião (2013), e a posição de “consciência da sociedade”, apontada por Gibbons (1998), conota o lugar *sui generis* nos processos de subjetivação dos estudantes que estão introduzidos neste ambiente. Ou seja, é uma experiência que possui a potencialidade de despertar naqueles que passam por ela, uma busca pela “verdade”, contida na realidade sócio-histórica-cultural na qual se está inserido. Apenas lembrando neste ponto, que só é possível falar em verdade para o próprio sujeito que busque modificações da relação de si consigo mesmo (Foucault, 2010a).

Como pôde ser observado, tanto as afirmativas de Rubião (2013), quanto as de Gibbons (1998), confirmam o papel regulatório, normatizador e disciplinador que as instituições educacionais possuem acerca dos corpos, e mais necessariamente sobre os discursos (Sinder; Paula, 2019, p. 35). Com o intuito de produzir assim uma verdade acerca do sujeito como indicado por Foucault (2010a). O que demonstra um dentre os vários tipos de dispositivos de poder-saber no que deve ser adotado e seguido por cada indivíduo que circula nesses ambientes. Até porque, de forma particular as instituições são quem ditam o que pode ou não ser tanto dito, quanto realizado (Moreira, 2019, p. 127). Estando aqui a hipótese de como os espaços universitários exercem uma produção de subjetividades no que concerne a escolha política dos estudantes. Quer seja no campo político em que ocorrem as relações sociais em sua heterogeneidade ou no espaço das disposições político-partidárias que emergem para além desta hegemonia e reprodução da verdade na tentativa de “guiar” social e politicamente o estudante.

O funcionamento disso decorre devido ao poder disciplinador operar sobre os corpos e dos saberes os moldando para sua performance na sociedade. Tem-se disso dois fatores relevantes, a naturalização do sistema disciplinador sobre os corpos; e o pano de fundo responsável pelas formas de diálogo, convivência e transmissão de

conhecimento no meio social (Moreira, 2019, p. 125). É apresentado como justificativa para essa lógica, que seria essa a melhor e mais “adequada” concepção política a ser praticada sobre os corpos. Contudo, sempre de acordo com os parâmetros estabelecidos pela multiplicidade de poder-saberes de determinados sujeitos que compõem uma instituição universitária e dos discursos ali produzidos. Pois, “não há discurso sem poder [...] a instituição que pode censurar-nos, também pode tranquilizar-nos, sendo assim, uma via de mão dupla” (Moreira, 2019, p. 126). Discursos esses inseridos nos modos de subjetivação dos estudantes por meio das disciplinas curriculares que compõem os cursos. Até porque depois do período cartesiano, ou se preferir, na pós-modernidade, essas disciplinas curriculares aparecem com a roupagem científica, ao passo que são tidas e transmitidas como legítimas (Stone, 2018).

Além disso, o poder disciplinador também aparece no relacionamento do discípulo (alunos) com o mestre (professores), se manifestando por meio do que Foucault (2010a), denominava de *parrhesía*.¹⁰ Uma característica da *parrhesía* seria a forma de transmissão explícita daquilo que é propriamente verossímil. “A *parrhesía* assegura [...] esse trânsito do discurso verdadeiro de quem já o possui para quem deve recebê-lo, deve dele impregnar-se, deve poder utilizá-lo e deve poder subjetivá-lo” (Foucault, 2010a, p.343). Mas para que o discípulo [aluno], venha receber o discurso como legítimo, a forma *parrhesiática* de transmissão deve ser implementada eficientemente, pois assim, esse discurso é recebido como legítimo, no momento adequado e nas condições apropriadas. Sendo indispensável que a transmissão desse tipo de discurso venha ser efetuada pelo mestre [professor] (Foucault, 2010a). Na *parrhesía* busca-se agir sobre os outros por meio do discurso tido por verdadeiro (Foucault, 2010a, p. 345). Porém, o objetivo não é que a pessoa passe a seguir os passos desse mestre, mas sim, criar no indivíduo, a capacidade de que o mesmo possa constituir-se a si mesmo características presentes no “sujeito sábio, do sujeito virtuoso, do sujeito que atingiu toda a felicidade que é possível atingir nesse mundo (Foucault, 2010a, p. 345).

Foucault argumenta que a noção da *parrhesía* suscita um problema ao se considerar o lugar do mestre, uma vez que se trata de um discurso verdadeiro, “[...] o que dizer, segundo quais regras, segundo quais procedimentos técnicos e quais princípios éticos?” (Foucault, 2010a, p. 334). Em um diálogo entre Foucault e Gilles Deleuze, ele disse que o “intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência (Foucault, 2019c, p. 131). Ele continua, e diz que os intelectuais descobriram que as massas não dependem deles, tanto para saber, quanto para dizer, pois a massa sabe exatamente e fala mais adequadamente do que esses mensageiros do saber. Contudo, ele diz ainda que há um sistema de poder que inibe e interrompe o discurso e o saber das massas (Foucault, 2019c p. 131).

Agora voltando ao outro ponto do binômio, ou seja, o saber, Feder (2018), diz onde e o porque Foucault apresenta esse termo em diversos trabalhos, mais propriamente nos arqueológicos, pois tinha por propósito:

10 No curso *A Hermenêutica do sujeito*, Foucault (2010a, p. 334), diz que etimologicamente, *parrhesía*, refere-se ao “tudo-dizer”. Ele continua que: “O termo *parrhesía* refere-se, a meu ver, de um lado à qualidade moral, ao *êthos*, se quisermos, e de outro, ao procedimento técnico, à *tékhnē*, que são necessários, indispensáveis para transmitir o discurso verdadeiro a quem dele precisa para a constituição de si mesmo como sujeito de soberania sobre si mesmo e sujeito de verificação de si para si” (Foucault, 2010a, p. 334). A *parrhesía* é o instrumento dessa transmissão da verdade do discurso verdadeiro (Foucault, 2010a, p. 343).

[...] investigar como um tipo particular de saber implícito - o *savoir* -, que permeia um período histórico, isto é, o entendimento que conta como o “senso comum” daquele tempo/lugar/pessoa, molda o conhecimento explícito - a *connaissance* - que é institucionalizada nas disciplinas que constituem as ciências humanas, inclusive a ciência natural [...] (Feder, 2018, p. 76).

Diante disso, qual saber permeia o senso comum no presente período histórico e está moldando o conhecimento na universidade e atravessando as subjetividades dos estudantes? Isto pode começar a ser mais bem compreendido com o que Castro (2016), indica sobre o exemplo que Foucault, fornece através das ciências psiquiátricas. O autor aponta que o filósofo francês estabelece limites para expressar aquilo que ele chamou de “saber”.

O primeiro limite corresponde a ideia de “disciplina”, que seriam axiomas alinhados com os moldes científicos e que são transmitidos institucionalmente como tal, mas que ainda não possuem o status de ciência (Castro, 2016). Sobre os discursos de uma “disciplina psiquiátrica”, o autor destaca que, “[...] não só aparece em textos que pretendem ter um estatuto científico, mas também nos textos jurídicos, nas expressões literárias, nas reflexões filosóficas, nas decisões políticas, nas opiniões, etc.” (Castro, 2016, p. 393).

Um segundo limite é que o saber não é “o esboço de uma ciência futura.” Em outras palavras, não significa que um discurso que supõe ser científico, venha de fato atingir esse posto posteriormente; terceiro e último limite, não há no saber relação temporal que antecede a ciência, nem estabelece uma opção da mesma (Castro, 2016, p. 393). Depreende-se disso, que não se deve tomar deste saber, chamemos aqui provisoriamente como a gênese de um devir científico, pois corre-se o risco de nunca acontecer. Porém, como indicado no tópico anterior, esses são discursos de verdade introduzidos na sociedade e que tem uma espécie de obrigatoriedade na aderência desses discursos por parte daqueles que compõem esse contexto (Foucault, 2016).

Foucault (2014), deixa a evidência de que é preciso renunciar a concepção de que só é possível a existência de um saber onde as relações de poder estão interrompidas. Mas antes deve confessar que o “poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber [...]” (Foucault, 2014, p. 31). Nesses moldes, para Foucault o poder impreterivelmente fabrica objetos de saber, agregando de forma cumulativa informações que circulam *a posteriori* como verdades incontestes. O método mais eficaz de condução desses discursos ocorre por intermédio do discurso científico (Moreira, 2019, p. 127).

Desta maneira, pode-se questionar: O que fazer com o saber que permeia esse período histórico e atua sobre o conhecimento atravessando todos na sociedade através das relações de poder? Pois ao se pensar os processos e modos de subjetivação, será que essas relações de poder têm vínculo com os discursos políticos em uso na sociedade, sobretudo para os estudantes universitários? Antes de chegar a conclusões, talvez seja importante observar que:

Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas (Foucault, 2014, p. 31).

Assim sendo, ao se levar em conta as indagações e tudo o que já foi dito até aqui, suspeita-se que estejam sendo produzidos modos de subjetivação que capitanearam o debate político em todos os âmbitos, refletindo em todas as ramificações sociais, nas relações familiares, nas amizades, nos ambientes de trabalho e conseqüentemente na vida universitária. Como já mencionado em outro momento, o poder está disseminado em toda sociedade por meio das relações (Foucault, 2019c). Aqui está a logicidade de metodologia proposta neste trabalho, pois não se visou elaborar uma constituição globalizada de sujeito que explique e abarque todas as experiências políticas da totalidade da população brasileira. Mas sim, tomar como método o modelo indutivo, partindo do particular dos processos localizados nos modos de subjetivação do grupo pesquisado, isto é, de estudantes universitários e suas nuances nesse percurso formativo na contemporaneidade.

Por conseguinte, todas as questões demonstradas evidenciam a lógica de um sistema tautológico na reprodução das relações de poder dentro dos espaços universitários. Fato que invariavelmente abarca o posicionamento político dos estudantes e reflete na sociedade. Algo que também pode ser inexoravelmente aplicado e entendido de forma inversa, ou seja, que a sociedade produz e estabelece relações de poder que implicam sobre o grupo universitário. Isso leva a perceber o quão delicado são as formulações aqui dispostas. Uma vez que estamos inseridos no contexto de tais eventos, provavelmente também estamos elaborando mais um saber de como os estudantes universitários se constituem enquanto sujeitos políticos, produzindo novas relações de poder. Porém, cabe ressaltar, conforme nos indica Corrêa, (2016, p. 78), que para Foucault, é exatamente por meio da “trama de forças e jogos entre poder, sujeito e verdade”, que é aberta a possibilidade de adotar uma postura crítica. Quesito que espera-se ter sido alcançado minimamente ao longo destas laudas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou descrito no presente trabalho que Foucault não possui uma perspectiva estruturalista do sujeito, comum na modernidade nas leituras cartesianas do tema (Ferreira Neto, 2004). Algo que se harmoniza em maior grau com a filosofia *pós-moderna* no entendimento do sujeito (Sinder; Paula, 2019). Pois um dos empreendimentos do filósofo foi discorrer acerca das diferentes formas que os seres humanos são levados a constituir-se enquanto sujeitos (Foucault, 2010b).

Outro ponto analisado foi sobre a relação dos sujeitos instituídos nos parâmetros da pós-modernidade pela perspectiva *foucaultiana*, isto é, quais são *modos de subjetivação* vigentes na contemporaneidade e a sua relação com a *verdade*. Pois como descrito, para Foucault (2010a), o sujeito só é capaz de alguma verdade se produzir sobre si mesmo modificações por meio das práticas de si.

Além disso, para Foucault (2010a), só existe verdade para o sujeito, dessa maneira, as formulações disciplinadoras presentes na instituições de educação são difundidas por meio de discursos de verdade – alguns destes com roupagens científicas, buscando uma hegemonização dos corpos e conseqüentemente dos sujeitos, algo que produz um impasse de ter-se que constitui-se enquanto sujeito por intermédio das práticas sobre si mesmo e das obrigatoriedades e imposições que não são inventadas pelo próprio indivíduo (Sinder; Paula, 2019).

Ao se discutir acerca da relação entre sujeito e a verdade na contemporaneidade pelas lentes do filósofo francês, aparece em nesta pesquisa o binômio *poder-saber*.

Pois como indicado por Foucault (2014), não existe *saber* sem que intrinsecamente a este, ocorrer uma *disrupção de poder* e vice-versa. Essa díade pode ser entendida como os mecanismos por intermédio dos quais são estabelecidas as relações de poder. Técnicas que colocadas em funcionamento para conduzir o comportamento dos outros (Foucault, 2010a).

Na universidade contemporânea os dispositivos se manifestam através das grades curriculares e das relações entre professor/alunos, bem como, nas formas discursivas que circulam no ambiente acadêmico (Sinder; Paula, 2019). Podendo ser entendida que a transmissão desses discursos ocorre por meio da *parrhesía* (Foucault, 2010a). Dessa maneira, há uma necessidade do sujeito inserido nessa conjuntura se ater às várias relações de poder correspondentes aos muitos jogos de verdade ali envolvidos. Talvez a partir disso, esse indivíduo procure exercer práticas tanto sobre si mesmo, quanto sobre os outros, que o possibilite obter uma atitude ética e crítica ante os muitos agenciamentos que atuam sobre sua escolha política nesse período formativo. Contudo, é preciso frisar que a *práxis* educativa e as instituições por ela responsáveis são em si mesmas o *lócus* na fabricação de subjetividades. Sendo assim, a razão exponencial em prover o conhecimento tanto do indivíduo sobre ele mesmo e de suas práticas, quanto sobre as demais pessoas e a sociedade (Sinder; Paula, 2019).

Algumas questões não abordadas neste trabalho precisam ser retomadas em mais pesquisas para responder alguns pontos não sanados. Como, por exemplo, quais as implicações do cenário político no contexto brasileiro possuem sobre a escolha política dos discentes? Quais os possíveis efeitos dos discursos político-partidários sobre as subjetividades de alunos do ensino superior? Ou ainda, por meio de quais veículos os discursos políticos são comumente disseminados e difundidos no corpo social, alcançando desse modo os estudantes de cursos superiores no Brasil na contemporaneidade? Por fim, será que esses discursos políticos estão polarizados na sociedade brasileira, como tem sido a percepção de alguns especialistas ou está inviabilizado o diálogo entre pessoas de posições políticas contrastantes no espaço acadêmico? Além disso, talvez precise efetuar pesquisas empíricas, isto é, aplicar questionários e entrevistas para chegar em considerações fundamentadas na experiência dos estudantes propriamente dita. Algo que ultrapassa assim as delimitações presentes em hipóteses teóricas.

Portanto, sugerimos a busca de respostas para as formulações sugeridas em futuras investigações. Isto porque acreditamos que ao incluir algumas variáveis as quais não nos detivemos, serão fornecidos mais elementos que possam elucidar o entendimento acerca do que e como ocorre a escolha política dos estudantes durante o seu percurso de formação. Pois fazendo assim, outras contribuições podem ser acrescentadas em volta da temática suscitada. O que poderá corroborar com as proposições dispostas em nossa argumentação ou mesmo trazendo contrastes as sustentações por nós descritas. Mas acima de tudo, fortalecendo ainda mais as pesquisas nas ciências *antropossociais* envolvendo o campo da psicologia, da educação e das ciências políticas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 1, 2012.

AQUINO, Julio G.; REGO, Teresa C. (. **Foucault pensa a educação: o diagnóstico do presente**. São Paulo: Segmento, 2014. Disponível em: [e-book] -- (Coleção biblioteca do professor). (org).

CORRÊA, Sergio F. M. **O 'sujeito' da interpretação em Nietzsche e Foucault**: uma leitura da genealogia da moral e da ética do cuidado de si. Curitiba: CRV, 2016.

FERREIRA NETO, João. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.

FERREIRA NETO, João. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Polis e Psique**, Belo Horizonte, MG, p. 07-25, Novembro 2017.

FONSECA, Márcio A. D. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. [e-book] 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011. Páginado de forma irregular.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, vol IV**: estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, vol V**: ética. sexualidade. política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019a. 264 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10^a. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019c. 432 p.

HEYES, Cressida J. Subjetividade e poder. In: TAYLOR, Dianna **Michel Foucault**: Conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 203-220.

LEITE, Roseana C. Aportes teóricos para análise política da universidade. **Educação em Revista [online]**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 113-128, 2011.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**. 10. ed. [S.l.]: Paz e Terra, 2019. p. 07-34.

MANSANO, Sonia R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 20 setembro 2020.

MOREIRA, Mariana M. Poder e norma: um estudo foucaultiano para pensar o corpo disciplinado na educação. In: (ORG), Maria D. F. C. D. P. **Educação, poder, resistência e subjetividade**: Pensando com Foucault. Florianópolis: Insular, 2019. p. 125-142.

PAULA, Maria D. F. C. D. Introdução. In: (ORG.), Maria D. F. C. D. P. **Educação, poder, resistência e subjetividade**: Pensando em Foucault. Florianópolis: Insular, 2019. p. 11-24.

RUBIÃO, André. **História da Universidade**: Genealogia para um "modelo participativo". Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, SA, 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=I0xRAGAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 maio 2020.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1941/2016.

SINDER, Marilene; PAULA, Maria D. F. C. D. A concepção de sujeito na pós-modernidade: um desafio para a educação: pensando com Foucault. In: PAULA, Maria D. F. C. D. **Educação, poder, resistência e subjetividade**: pensando com Foucault. Florianópolis: Insular, 2019. Cap. 01, p. 25-42.

STONE, Brad E. Subjetividade e verdade. *In*: TAYLOR, Dianna **Michel Foucault**: Conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 185-202.

TAYLOR, Dianna. Introdução: Poder, liberdade e subjetividade. In: TAYLOR, Dianna **Michel Foucault**: Conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 09-19.

Data da submissão: 10/09/2023

Data da aprovação: 05/11/2023